

Ao menos 11 capitais cancelam carnaval de 2022; outras dez ainda não decidiram

Decisões foram tomadas devido ao avanço da covid e da gripe; cidades tradicionalmente conhecidas por festejos carnavalescos, como Olinda e Ouro Preto, também não terão eventos

Leon Ferrari, O Estado de S.Paulo

Ao menos onze capitais anunciaram o cancelamento do **carnaval 2022**. Entre elas, **Recife, Rio e Salvador**, reconhecidas nacional e internacionalmente pelos festejos. Além de São Paulo, nove ainda não tomaram decisão. Outras cidades com festas carnavalescas tradicionais, como Olinda e Ouro Preto, também não terão foliões nas ruas. As administrações municipais explicam que a não realização dos eventos se dá devido ao avanço da **covid-19**, com a cepa Ômicron, e da gripe, com a nova variante do vírus Influenza, a **H3N2**.

Organizações que representam blocos do carnaval de rua de São Paulo divulgaram um manifesto na tarde desta quarta-feira, 5, pelo cancelamento total do evento em fevereiro e março de 2022. O argumento dos grupos é que não é seguro realizar a celebração em meio ao avanço da variante Ômicron e um novo aumento nas taxas de transmissão da covid-19 . Uma posição oficial da Prefeitura paulistana deve ser anunciada na

Em Belém, Belo Horizonte, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Luís não irá ocorrer carnaval ou a prefeitura não pretende patrocinar o evento. Já em Brasília, Boa Vista, Manaus, Maceió, Natal, Palmas, Porto Alegre, Porto Velho, Rio Branco e São Paulo ainda não houve definição sobre a realização de blocos de rua e desfiles.

Cuiabá foi uma das primeiras capitais a anunciar o cancelamento de festas públicas e privadas de carnaval ainda no dia 1º de dezembro. O prefeito Emanuel Pinheiro resume a decisão em duas palavras: "Prudência e responsabilidade."

"Nós já vimos que nessa guerra travada contra a covid, não podemos improvisar. O vírus é traiçoeiro. Ele se desdobra em outras variantes", diz. "Estamos tentando sair de uma guerra e

já estamos vendo um surto gripal. Então, no momento, não dá para dizer: 'Olha, daqui a dois ou três meses vai estar tudo sob controle'. Qualquer evento que resulte em aglomeração e que movimente multidões é desaconselhável nos próximos meses."

Além do cancelamento, o gestor disse estar "propenso" a decretar como dias úteis a segunda, 28 de fevereiro, e a terça-feira, 1º de março, de carnaval - que são pontos facultativos. No ano passado, ele já havia feito isso. "Estou só acompanhando o comportamento do vírus", destaca.

"Se falar em dias de hoje, eu decreto", conta. "Porque hoje a assombração da covid está voltando a nos preocupar de uma hora para outra. Isso é coisa de uma semana para cá, de quatro dias para cá, estamos detectando um crescente (de infecções) nas redes públicas."

Ao mesmo tempo, Pinheiro, que também é presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Vale do Rio Cuiabá (reúne 13 cidades), busca coletividade, ao incentivar que outros municípios da região cancelem a festividade. "Vou reunir os prefeitos em uma reunião ordinária agora em janeiro, para planejar o ano. Nessa reunião, vou aproveitar para sensibilizar os prefeitos e pedir a todos os municípios vizinhos que possamos tomar uma decisão em conjunto de enfrentamento da pandemia e do surto gripal e não promover as festas públicas e privadas de carnaval."

Em Florianópolis, tanto os blocos de rua quanto o desfile de escolas de samba foram cancelados na terça-feira, 4. Nas redes sociais, o prefeito Gean Loureiro disse que a gestão municipal "não vai promover grandes eventos neste momento de incertezas sobre a pandemia e emergências públicas e privadas com muita pressão de atendimento".

Ao **Estadão**, Loureiro conta que, em novembro, a administração cogitava realizar tanto o réveillon quanto o carnaval, pois as taxas de transmissão e internação estavam baixas e a vacinação, avançada. "Na segunda quinzena de dezembro, os casos voltaram a subir por conta da variante Ômicron e decidimos cancelar o réveillon. Nesta terça-feira, em reunião com secretários e equipe de saúde, avaliamos que seria prudente o cancelamento do carnaval também", disse.

“Não temos como precisar como estará o cenário epidemiológico daqui a 60 dias, mas precisávamos iniciar desembolso de recurso para que as escolas de samba pudessem iniciar a compra de materiais. Sem ter a certeza de que poderíamos realizar o evento, decidimos por não assinar contrato agora e nem desembolsar recursos”, continua.

No Twitter, o gestor informou que analisando a lotação de emergências na capital, não “faria sentido” destinar recursos para que as escolas de samba se preparassem. Ele destacou que, no momento, o foco é contratar “pessoal temporário para reforçar testagem”.

Também no Sul, Curitiba vai celebrar o carnaval de maneira virtual pelo segundo ano consecutivo. A decisão foi anunciada pela Fundação Cultural de Curitiba (FCC) no dia 21 de dezembro. Em setembro, a FCC havia lançado o edital de apoio às comunidades carnavalescas da cidade que permitia que os projetos fossem tanto presenciais quanto virtuais, a depender do cenário pandêmico.

Em informe, a prefeitura destacou que o carnaval curitibano chegou a reunir, nos últimos anos, até 2019, mais de 40 mil pessoas nos dois dias de desfiles na Avenida Marechal Deodoro.

A Prefeitura do Recife suspendeu as programações oficiais para o carnaval 2022, na quarta, 5. A administração destaca que apesar de “não apresentar um quadro de aumento de casos de infecção em decorrência do novo coronavírus”, a cidade enfrenta um crescimento expressivo de casos de gripe.

Conforme a prefeitura, o número de casos diários confirmados da cepa H3N2 do vírus Influenza saltou de oito para 138 casos entre os dias 13 e 29 de dezembro, com picos de até 314 casos em um só dia. Até o momento, o município confirmou 2.451 casos da variante Darwin, dos quais 17 evoluíram para morte - os pacientes tinham idades entre 13 e 91 anos.

Reconhecida nacional e internacionalmente pelo festejo de carnaval, Salvador não vai ter foliões nas ruas neste ano. A Prefeitura de Salvador justificou o cancelamento devido ao “cenário atual de insegurança sanitária provocado pela Covid-19 e pela H3N2 (nova variante do vírus

Influenza)”. “A cidade permite apenas a realização de eventos em ambientes fechados, seguindo os protocolos sanitários do setor e com limite de público de 5 mil pessoas, determinado por decreto estadual”, disse.

No dia 23 de dezembro, o governador da Bahia, Rui Costa (PT), anunciou que não haveria carnaval no Estado em 2022. O grande número de pessoas com a imunização contra a covid-19 atrasada e o avanço do surto de gripe foram os motivos apresentados pelo gestor para cancelar a festa.

A prefeitura de Belo Horizonte disse que não vai patrocinar os festejos carnavalescos de 2022. Porém, destaca, em nota, que “os desfiles das escolas de samba, blocos caricatos e blocos de rua são considerados manifestações culturais espontâneas de Belo Horizonte, não sendo necessária autorização prévia da administração municipal para a sua realização”.

No Rio, os blocos de carnaval não vão desfilar pelas ruas em razão da pandemia de covid. A decisão pelo cancelamento foi tomada em consenso durante reunião promovida no final da tarde de terça-feira, 4, entre os representantes dos principais blocos, o prefeito Eduardo Paes (PSD) e o secretário municipal de Saúde, Daniel Soranz.

O desfile das escolas de samba por enquanto está mantido, sob o argumento de que será possível controlar a entrada de pessoas no sambódromo da Marquês de Sapucaí.

Cidades de referência também não terão carnaval

Assim como nas capitais, cidades que tradicionalmente realizam festas no carnaval também cancelaram os festejos. Entre elas, Olinda, em Pernambuco, e Ouro Preto, em Minas Gerais.

A Prefeitura de Olinda cancelou nesta quarta-feira, 5, a realização do tradicional carnaval de rua. A administração municipal tomou a decisão levando em conta o “atual período pandêmico da covid-19” e o aumento de infecções pelo vírus influenza.

Ao **Estadão**, Lupércio disse que seria uma “irresponsabilidade muito grande” promover festividades públicas neste momento, uma vez que a cidade, em média, recebe quatro milhões

de foliões de cerca de 80 países. "Imagine uma cidade que recebe mais de quatro milhões de pessoas. Como é que iria ficar?", pondera.

Quanto às festas privadas, Lupércio pretende seguir decreto estadual que permite eventos em locais com lotação de 50%. Passaporte vacinal também é exigência.

Por meio do Decreto no 6.319/2021, a prefeitura de Ouro Preto oficializou o cancelamento de eventos públicos ou privados de comemoração do carnaval. Ficou proibida a realização de "bailes de carnaval; blocos e agremiações; carnavais de rua; festas em repúblicas; festas em sítios e eventos privados de qualquer espécie", conforme o texto.

Quem descumprir a determinação poderá ter prisão de até um ano decretada, ou ter de pagar multa, de acordo com o artigo 268 do Código Penal.

Em 10 de dezembro, em assembleia da Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais (ACHMG), os 30 municípios integrantes decidiram pela não promoção dos eventos carnavalescos. Ouro Preto, Diamantina e Tiradentes fazem parte da ACHMG. "A motivação da pauta foi o fato dos carnavais das cidades históricas mineiras serem os mais tradicionais do estado, atraindo turistas de todo o Brasil e até mesmo do exterior", disse, em nota, a Associação Mineira de Municípios (AMM), que esteve presente no encontro.

Indefinição

A Prefeitura de Manaus informa que "a organização e realização dos festejos de carnaval é de responsabilidade do Governo do Estado". "De acordo com a Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos (Manauscult), o Edital de Bandas e Blocos de Rua ainda está sendo estudado pela Instituição e o decreto estadual em vigor com restrições em razão da Covid-19 suspende a realização de eventos com mais de 3 mil pessoas em território amazonense, até o dia 15 de janeiro de 2022", diz em nota.

A administração manauara destaca que o "Edital de Chamamento Público de Apoio Financeiro às Escolas de Samba" está suspenso por conta do cenário atual da pandemia e sob análise da Comissão Especial de Organização de Eventos Festivos do município.

A Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal fala que, no momento, não está prevista programação pública para o carnaval de Brasília. Porém, ainda não há decisão oficial.

Em São Paulo paira também a indefinição. Uma decisão sobre a realização do carnaval de rua da capital é esperada para quinta-feira, 6. Até a data, técnicos ligados à Secretaria Municipal da Saúde enviarão um estudo sobre o panorama epidemiológico da covid-19 ao prefeito Ricardo Nunes (MDB). Em dezembro, um levantamento semelhante levou ao cancelamento do réveillon da Avenida Paulista.

Diz também que a orientação da pasta é que “os pais procurem a recomendação prévia de um médico antes da imunização”, mas, [como antecipado pela Basília Rodrigues, da CNN](#), não há exigência da prescrição médica para realizar a vacinação.

O texto diz ainda que a vacinação de crianças vai acontecer de forma decrescente e priorizará grupos com deficiência permanente ou comorbidades, além de crianças que vivem no lar com pessoas com alto risco de evolução grave de Covid-19.

Nas crianças sem comorbidades será realizada a imunização por faixa etária:

- De 10 a 11 anos;
- De 8 a 9 anos;
- De 6 a 7 anos;
- De 5 anos.

“As nossas crianças, que são o futuro do Brasil, merecem uma ênfase especial, porque esse público precisa ser atendido com uma vacina específica”, disse o ministro Marcelo Queiroga.

Como [antecipado pela CNN, pelo analista Caio Junqueira](#), o primeiro lote de vacina infantil contra a Covid-19 que o Ministério da Saúde pretende aplicar, terá 3,74 milhões de doses, sendo que 1,248 milhão devem chegar na próxima semana. A informação havia sido confirmada por fontes da pasta.

A expectativa é que os lotes importados sejam distribuídos aos estados à medida que cheguem — a partir do dia 14 de janeiro, de acordo com Rodrigo Cruz, secretário-executivo do Ministério da Saúde, data informada durante a coletiva de imprensa.

De acordo com o Ministro, 20 milhões de vacinas — equivalentes ao número total de crianças nesta faixa etária — devem estar em sua totalidade no país no [final do primeiro trimestre de 2022](#).

A coletiva, que se iniciou com mais de 1 hora de atraso, tem a participação do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, Rodrigo Cruz, secretário-executivo do Ministério da Saúde, Jurandi Frutuoso, secretário-executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Arnaldo Correia de Medeiros, secretário de Vigilância em Saúde, Marcela Alvarenga, secretária-executiva do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde e Rosana Leite de Melo, secretária Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19.

O ministro também destacou que a decisão foi baseada nas informações coletadas na consulta pública.

“A vacina para as crianças é produzida pela Pfizer e tem uma dosagem diferente daquela distribuída para adultos. A vacina foi aprovada pela Anvisa e logo após essa aprovação o Ministério da Saúde fez uma consulta pública, depois fizemos uma audiência pública com diversos profissionais e a partir das informações obtidas na audiência pública e com total atenção ao que foi dito pelo ministro Lewandowski estamos aqui.”

Na coletiva, Rosana Leite, disse que a pasta recebeu muitas demandas de pessoas preocupadas em relação a esse assunto [vacinação infantil], sobre qual imunizante usar ou não e por isso o Ministério decidiu realizar a audiência pública que foi ontem.

“Hoje é a concretude da tomada de decisão que nós fizemos. O único imunizante que nós temos autorização para as crianças de 5 a 11 anos é o da Pfizer. É imprescindível que os pais e mães dessas crianças consultem um médico antes de tomar essa vacina, pois a criança está em fase de desenvolvimento. Os responsáveis pela criança devem estar presentes e caso não esteja deve enviar uma autorização por escrito”, disse.

Queiroga apontou que os eventos adversos da vacinação podem ocorrer em todas as faixas etárias.

“É necessário que todos conheçam os benefícios [da vacina], como a redução de casos graves, bem como os efeitos adversos — que nós não conhecemos ainda e só sabaremos no estudo de fase 4”, comenta.

Quando questionado sobre o tempo decorrido após a indicação da Anvisa, o ministro da Saúde disse não houve demora para tomada de decisão da vacinação em crianças. “O Brasil está absolutamente dentro do prazo”, explica Queiroga.

Consulta e audiência pública

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) já havia autorizado o uso da [vacina da Pfizer](#) contra a Covid-19 em crianças de 5 a 11 anos de idade no Brasil no dia 16 de dezembro.

Contudo, o Ministério da Saúde orientou que houvesse a obrigatoriedade de uma receita médica para a vacinação nos menores de 12 anos. A pasta publicou então uma consulta pública para que membros da sociedade civil opinassem sobre o assunto.

A audiência que discutiu o resultado das informações coletadas na consulta ocorreu na última terça-feira (4), e contou com a participação de representantes Organização Pan-Americana de Saúde, Conselho Federal de Medicina, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Sociedade Brasileira de Infectologia, Sociedade Brasileira de Pediatria, Conselho Nacional do Ministério Público, Associação Médica Brasileira, Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e a Pfizer.

O Ministério informou que a maioria, das quase 100 mil contribuições feitas na consulta pública, foi contrária à exigência de uma receita médica. Além de a maior parte dos especialistas, ouvidos no painel, manter o mesmo posicionamento da Anvisa e indicarem a vacina infantil.

Durante a coletiva, Queiroga afirmou que todos os “dados coletados durante a consulta pública serão colocados de maneira muito clara e transparente no relatório final de recomendação do ministério da Saúde.”

Vacina para Crianças

O imunizante para crianças será diferente daquele usado nas pessoas maiores de 12 anos. A dosagem da vacina para esta faixa etária será ajustada e menor (um terço).

De acordo com a [Anvisa](#), a proposta é ter frascos diferentes, com dosagem específica para cada grupo. Os frascos serão diferenciados pela cor roxa para adultos e adolescentes e laranja para crianças, segundo a Pfizer.

Queiroga falou durante a coletiva que a campanha de vacinação custará à pasta R\$ 2,6 bilhões de reais — se todos os pais aderirem a vacinação. “Se eu solicitar um número muito maior doses do que a expectativa de vacinação, essas doses vão vencer. E cada dose tem um custo”, comentou o ministro.